

Homossexuais e bissexuais continuam a ser discriminados na doação de sangue

19 de Agosto, 2016 - 11:51h

O Bloco questionou esta quinta-feira o governo sobre o prazo para a elaboração e publicação da norma de orientação clínica para a dádiva de sangue, tendo em vista acabar com a discriminação de homossexuais e bissexuais.

No documento enviado ao Ministério da Saúde, os bloquistas começam por relembrar que no dia 8 de Abril de 2010, a Assembleia da República aprovou o projeto de resolução do Bloco de Esquerda que recomendava ao governo a adoção de medidas que visem combater a actual discriminação dos homossexuais e bissexuais nos serviços de recolha de sangue?.

“Este projeto de resolução era composto por duas deliberações muito claras”, referem os bloquistas dado que a primeira recomendava ao governo “a reformulação de todos os questionários que contenham enunciados homofóbicos, designadamente no que concerne a questões relativas à prática de relações sexuais entre homens?.

A segunda deliberação tem com objetivo a “elaboração e divulgação de um documento normativo da responsabilidade exclusiva do próprio Ministério da Saúde que proíba expressamente a discriminação dos(as) dadores(as) de sangue com base na sua orientação sexual e esclareça que os critérios de suspensão de dadores se baseiam na existência de comportamentos de risco e não na existência de grupos de risco?”, adianta o documento.

Contra a suspensão parcial

“Não obstante a aprovação deste projeto de resolução, as práticas discriminatórias continuaram e continuam a ocorrer, impedindo os homens que fazem sexo com homens de serem dadores de sangue”, refere o texto, acrescentando que “na base desta discriminação está um preconceito que é preciso combater na sociedade: o de considerar que os homossexuais são um grupo de risco e, por isso, qualquer indivíduo que pertença a tal grupo é, ele próprio, um risco?.

Perante estes factos, o Bloco sublinha que sempre disse que “não existem grupos de risco; existem, isso sim, comportamentos de risco?”, e adianta que “esses comportamentos existem independentemente da orientação sexual e devem ser escrutinados e despistados para garantir a qualidade do sangue que é doado, como é óbvio”.

O documento faz ainda notar que “as conclusões do grupo de trabalho criado no âmbito do IPST (Instituto Português do Sangue e Transplantação) levantam a suspensão total da dádiva de sangue aos homens que têm sexo com homens, mas mantêm a suspensão

parcial?, o que de acordo com o Bloco obriga ?a períodos longos de abstinência sexual caso queira ser dador de sangue".

Para os bloquistas esta é uma solução que ?enferma do mesmo estigma, considera a homossexualidade e a bissexualidade um risco e perpétua o preconceito.? não cumprindo, desta forma, ? o aprovado em Assembleia da República em abril de 2010?.

No texto da pergunta pode ainda ler-se que ?o anterior governo decidiu acatar as decisões do grupo de trabalho do IPST e em 18 de Agosto de 2015, por despacho do secretário de Estado Adjunto do Ministério da Saúde, incumbe a Direção Geral de Saúde (DGS) de elaborar uma norma de orientação clínica até ao final de Outubro?.

?Essa norma nunca foi elaborada, os locais de recolha continuam a discriminar com base na orientação sexual e a Resolução da Assembleia da República continua por cumprir?, sublinha o documento.

Eliminar a discriminação

Perante esta situação, os bloquistas consideram que ?é o momento de, uma vez por todas, eliminarmos a discriminação que continua a existir na recolha e doação de sangue?, pelo que advogam a criação de ?uma norma de orientação clínica que harmonize os procedimentos de acesso e suspensão de dadores? mas consideram que a mesma ?se foque nos comportamentos de risco dos dadores (independentemente da sua orientação sexual) e não no conceito estigmatizante do grupo de risco?.


Desta forma, perguntam ao ministério da Saúde se ?pretende incumbir a DGS da elaboração da norma de orientação clínica com critérios de acesso e suspensão de dadores de sangue?, e também se essa ?norma de orientação clínica respeitará a Resolução da Assembleia da República que tem por objetivo a eliminação da discriminação e que coloca como base dos critérios de suspensão os comportamento de risco e não o conceito de grupo de risco?.

A finalizar questionam ainda os responsáveis governamentais sobre o ?prazo para a elaboração e publicação? dessa norma de orientação clínica.

Artigos relacionados:

[Declarações discriminatórias de presidente do Instituto do Sangue geram indignação](#) ^[1]

[Bloco insiste em acabar com a discriminação na doação de sangue](#) ^[2]

Anexo	Tamanho
 <u>Pergunta do Bloco</u> ^[3]	131.42 KB

Sobre o/a autor(a):

- [Biblioteca](#)
- [Agenda](#)
- [Jornal Esquerda](#)
- [Blogosfera](#)
- [Comunidade](#)
- [Revista Vírus](#)
- [Wikifugas](#)

URL de origem: <http://www.esquerda.net/artigo/homossexuais-e-bissexuais-continuam-ser-discriminados-na-doacao-de-sangue/44118>

Ligações:

[1] <http://www.esquerda.net/artigo/declaracoes-discriminatorias-de-presidente-do-instituto-do-sangue-geram-indignacao/36819>

[2] <http://www.esquerda.net/artigo/bloco-insiste-em-acabar-com-discriminacao-na-doacao-de-sangue/36723>

[3] http://www.esquerda.net/sites/default/files/ms_discriminacao_dadores_sangue-1.pdf